Manoel Afonso
AMPLA VISÃO

www.manoelafonso.com.br

FOTO: DIVULGAÇÃO

MÁGOAS: Com a morte do senador Ramez Tebet (MDB) em 2006 assumiu o 1º suplente Valter Pereira, escolha pessoal de Wilson B. Martins. Histórico, de currículo exemplar, senador atuante e mesmo assim foi excluído por André Puccinelli (MDB) para disputar a natural reeleição de 2010 em favor de Waldemir Moka, que se elegeu ao derrotar Murilo Zauith (DEM) por 32.814 votos de diferença e Dagoberto Nogueira (PDT) por 59.443 votos.

VALTER PEREIRA: Apesar da 'trairagem', saiu de campo sem perder a compostura, mas Moka não se reelegeu em 2018 perdendo para Nelsinho Trad (PTB) com 424.085 votos e Soraya Thronicke (PSL) com 373.712 votos. Sua primeira derrota após 9 vitórias consecutivas. Desgaste do poder? Agora aos 70 anos fala-se que ele disputaria a Câmara Federal em 2022. Mais um veterano do MDB recusando a ficar em casa.

PANORAMA: Com exceção daqueles novos, os partidos tradicionais, pela conduta estratégica de poder dos seus dirigentes, não se reinventaram. Sem gente nova para oxigenar ideias, os quadros, acabaram retrógados. Os exemplos estão aí no panorama partidário de Mato Grosso do Sul, onde há anos e anos reinam as mesmas figuras nas suas principais siglas.

É GERAL: A notícia de que o ex-presidente Michel Temer (MDB), aos 82 anos de idade, disputaria o Senado em 2022 mostra a 'velocidade' da 'renovação' partidária – pasmem - no Estado mais populoso do país! O argumento da 'experiência' é usado sempre para justificar a manutenção de personagens caciques, independentemente de quem esteja de plantão no 'Alvorada'.

DEPUTADOS & AÇÕES: Paulo Corrêa (PSDB): renovou convênio para transmissão de programa da Defensoria Pública na TV ALEMS; esteve em Bataguassu ouvindo reivindicações de autoridades/lideranças; cuida da tramitação dos projetos do Governo. José Teixeira (DEM): conseguiu a implantação em 2022 de Curso Profissionalizante do Agronegócio em escola pública de Tacuru; tem Projeto de Lei da Semana de Cuidados Paliativos para incentivar a melhoria dos pacientes e o trabalho das equipes na saúde. Lucas de Lima (Sol): agora é lei seu projeto sobre afixação de cartazes nos transportes públicos coletivos intermunicipal e unidades de saúde, sobre os benefícios da vacina anti Covid-19; virou lei seu projeto que inclui a Educação em Direito Animal nas escolas. Pedro Kemp (PT); de acordo com seu projeto aprovado pela CCJR, 24 de março será comemorado o 'Dia de Combate do Fake News'. Gerson Claro (PP): em Coxim visitou obras, ouviu reivindicações de lideranças locais: presidiu reunião da CCJR apreciando matérias de interesse público.

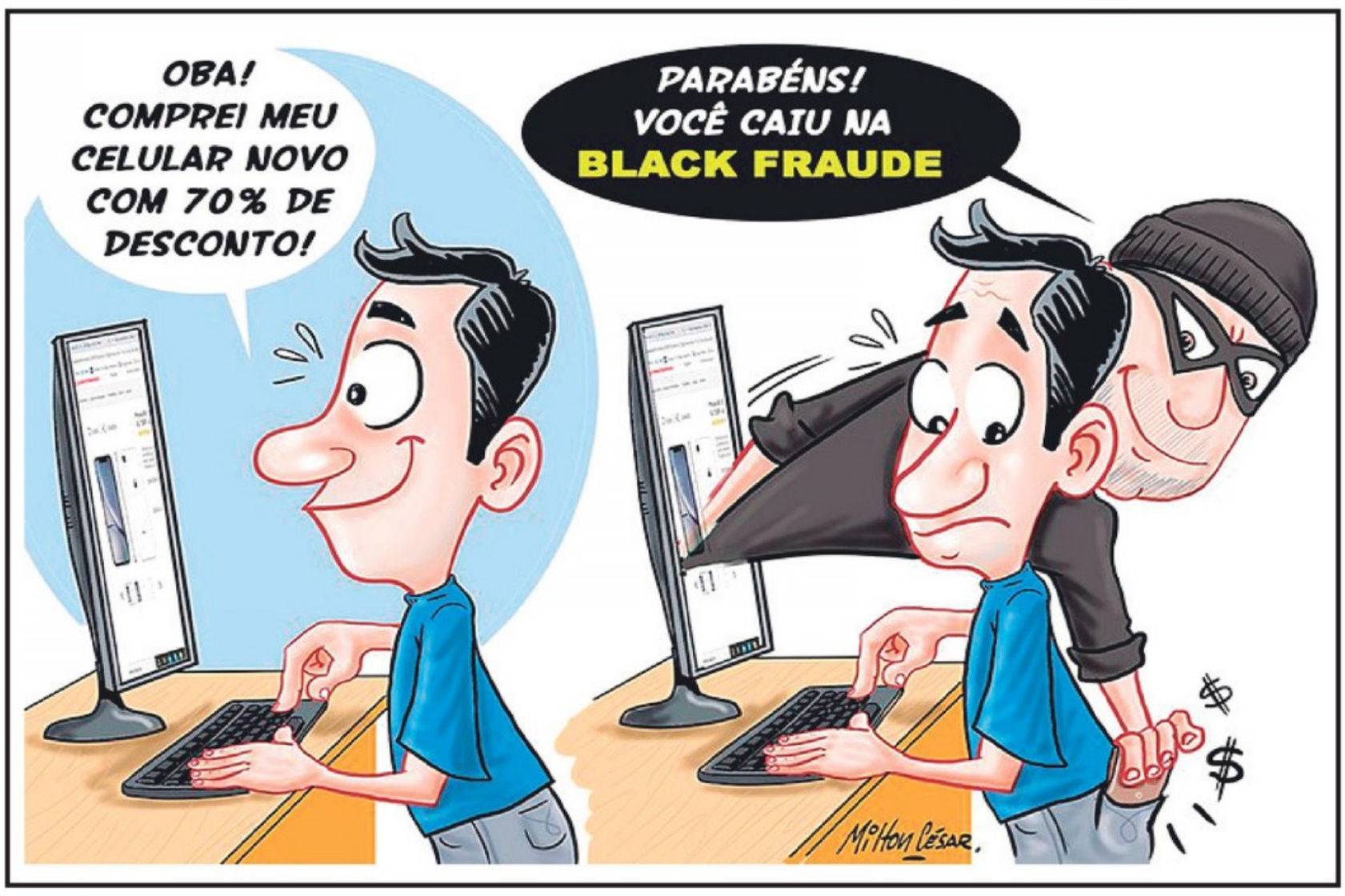
DIFICULDADES: Com as novas regras eleitorais os partidos terão 'que se virar nos 30' para terem candidatos e candidatas competitivas. E conseguirão? É o fim do voto de carona quando se votava num candidato e elegia outro. A farsa de 'laranjas' não terá condições para germinar. Teste de fogo também para os coronéis dos partidos.

AOS CANDIDATOS: A eficácia dos discursos é complicada. Na verdade, só depende de 7% do conteúdo e 93% da comunicação não verbal (expressão facial, voz, entonação e postura). Do que se fala, apenas pequena parcela é levada em consideração pelo ouvinte, eleitor e telespectador. Enfim, no frigir dos ovos, o que não é dito - mas que é visto - é mais importante no contexto.

EXEMPLOS: Sobram, mas vamos nos ater a dois casos visíveis. Primeiro do candidato vitorioso Fernando C. de Mello (PTB) a presidência do Brasil. Convenceu a todos. Aqui na capital tivemos o radialista Alcides Bernal (PP) que fez de sua campanha e discurso a extensão de sua atividade profissional. Deu no que deu em ambos casos. De leve...

COTAÇÕES: Observadores calculam; o preço do voto em 2022 para deputado federal deve custar R$100,00 cada. Para deputado estadual, o para-choque da campanha, o custo chegará aos R$200,00. Normalmente os vereadores – os melhores cabos eleitorais - não pedem votos gratuitamente. Exigem 50% de entrada do valor combinado e a outra metade antes das eleições. Sem choro e sem vela.

SINUCA: Sem cacife para o embate nacional (vide as pesquisas) o ex-ministro Luiz H. Mandetta (DEM) teria outras opções para não voltar ao consultório. Caso o ministro Nelson Trad (PTB) seja candidato ao Governo ele seria candidato ao senado. Mas se o candidato for Marquinhos Trad (PSD) teria que concorrer à deputado estadual para não atrapalhar o deputado Fabio Trad (PSD), candidato a reeleição.



Infraestrutura e integração

Iran Coelho das Neves (*)

Sob o lema 'Financiando Infraestrutura para Integração Regional', recente seminário online (webinar) promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), em conjunto com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), reuniu autoridades e técnicos em proveitoso debate sobre a relevância dos financiamentos daquela instituição para promover a redução de disparidades socioeconômicas entre os países que integram o bloco.

Formado pela conjugação de esforços e de recursos de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Fonplata foi instituído a 12 de junho de 1974, durante a VI Reunião de Chanceleres dessas nações, com a missão de "apoiar a integração dos países-membros para consolidar um desenvolvimento harmônico e inclusivo, mediante operações de crédito e recursos não reembolsáveis do setor público."

Desde então, o Fonplata tem se consolidado como um organismo multilateral cada vai vez mais destacado no financiamento de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento social que contribuam para a redução das disparidades socioeconômicas entre os países da Bacia do Prata.

Essa crescente relevância como instituição indutora do processo de efetiva integração dos países platinos permitiu ao Fonplata registrar, já em 2016, um capital superior a U$ 3 bilhões, o que significou importante lastro para ampliar o financiamento de projetos públicos que estejam em seu horizonte de atuação. Essa performance possibilitou que, em 2018, o Acordo Constitutivo que o instituiu fosse modificado para consolidá-lo como Fonplata – Banco de Desenvolvimento, tornando-o oficialmente um organismo multilateral de crédito. Financiar a infraestrutura como instrumento de integração é o seu papel.

Por sua vez, o TCE-MS, fiel a sua filosofia de assegurar contribuição institucional – sem prejuízo de suas atribuições constitucionais de órgão de controle externo – para o desenvolvimento estrutural de nosso Estado, firmou com o Fonplata, em fevereiro último, Protocolo de Entendimento Internacional, pelo qual nossa Corte de Contas assegura aos entes públicos jurisdicionados, as auditorias independentes que condicionam a liberação de financiamentos.

Com expertise reconhecida por instituição do porte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – a cujos mutuários prestamos idêntico serviço –, ao disponibilizar auditorias internas aos que pleiteiam financiamentos do Fonplata nosso Tribunal de Contas não apenas oferece, sem qualquer custo, a assessoria qualificada exigida pela governança do Fundo/Banco, como transfere capacitação essencial às instituições públicas que buscam esses recursos.

Ao aportar seu patrimônio de competências humanas e suportes técnicos para garantir aos entes jurisdicionados – especialmente aos municípios que não teriam meios para contratar assessorias especializadas – auditorias independentes nos padrões exigidos pelo Fonplata, o TCE-MS assegura confiabilidade institucional a operações de crédito destinadas a financiar a redução de desigualdades intra e inter-regionais na Bacia do Prata.

Sob a inspiração dessa parceria em favor da sonhada integração dos países da bacia platina, o recente seminário sobre financiamento da infraestrutura como fator decisivo para redução gradativa, mas persistente, das disparidades e assimetrias entre nossos países, confirmou-se como um marco importante para, à luz do já realizado até aqui, definir as prioridades para os próximos anos.

(*) O autor é Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

O fim da violência contra a mulher é causa de direitos humanos

Raquel Kobashi Gallinati (*)

O dia 25 de novembro marcou a data internacional da não-violência contra as mulheres. Em todo o mundo, cerca de 80% das mulheres já sofreram ou sofrerão algum tipo de violência. Essa estimativa não distingue raça, nacionalidade, religião ou situação financeira.

Na última terça-feira, o Brasil deu mais um passo importante na defesa das mulheres. Foi sancionada a Lei 14.245, que prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos.

Ao longo da vida, uma em cada três mulheres - cerca de 736 milhões de pessoas -, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro, segundo a ONU.

A causa do dia 25 de novembro não é apenas daquela mulher que foi violentada, mutilada ou assassinada. Essa causa é para defender todas as mulheres que sofrem humilhações diariamente, sejam elas veladas ou explícitas.

A violência não existe somente na forma de agressões físicas.

As Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada".

Ela ocorre por meios sutis, por onde normalmente se inicia, e evolui até sua forma mais grave, muitas vezes culminando em um feminicídio.

Um xingamento, críticas com o objetivo de abalar a autoestima da mulher, proibições de contato com amigos e familiares, controle psicológico ou financeiro e violência política, afastando mulheres da vida pública, também estão entre as formas de agressão.

Em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas instituiu 25 de novembro como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em homenagem às "Mariposas", como eram conhecidas as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa.

Nesta data, em 1960, elas foram brutalmente assassinadas pelo ditador Rafael Leônidas Trujillo, da República Dominicana. Por combater o ditador, pagaram com a própria vida. Seus corpos foram encontrados no fundo de um precipício, estrangulados, com os ossos quebrados. As mortes repercutiram em todo o mundo, causando grande comoção.

Depois de 60 anos, a violência contra as mulheres ainda existe em todos os lugares, das relações domésticas ao assédio no ambiente de trabalho e na internet.

É preciso que essa reflexão sobre o cotidiano de violência que decorre de uma construção social desigual e hierárquica de poder entre homens e mulheres na sociedade extrapole o dia 25 de novembro, com ações afirmativas e efetivas para mudar essa realidade.

(*) A autora é presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo e diretora da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil

a crítica

Jornal afiliado a ABRARJ Associação Brasileira de Revistas e Jornais

Fundado em **01/08/1980**
Editado por:
EFC - Empresa Feitosa de Comunicação
CNPJ-MF 00.586.945/0001-37

Jornalista profissional **LUIZ CARLOS FEITOSA** - DRT/MS 105/L.1/F.53
Diretor Executivo
ELIZETE CONCEIÇÃO RODRIGUES FEITOSA
Diretora Financeira

FONE: (67) **3317-7890** FAX: (67) **3317-7894**
Redação, Administração, Departamento Comercial e Parque Gráfico:
Av. Júlio de Castilhos, 1747 • Sede própria - 79100-901 - C. Grande-MS
Representante: TÁBULA VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO
São Paulo - (0xx-11) 5507-5599 - Brasília - (0xx-61) 3242-7460
Whatsapp: (67) 99974-5440 **Facebook**: /acritica.jornal
Youtube: /wwwacriticanet **Instagram**: /acriticadecampogrande